



## **GÊNERO DO CHEFE DE FAMÍLIA E INCIDÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL NO BRASIL**

Steffany Costa Jardim - Universidade Federal de Viçosa, [steffany.jardim@ufv.br](mailto:steffany.jardim@ufv.br)

Pedro Rodrigues Oliveira - Universidade Federal de Viçosa, [pedro.r.oliveira@ufv.br](mailto:pedro.r.oliveira@ufv.br)

Viviani Silva Lírio - Universidade Federal de Viçosa, [vsilrio@ufv.br](mailto:vsilrio@ufv.br)

Evandro Camargos Teixeira - Universidade Federal de Viçosa, [evandro.teixeira@ufv.br](mailto:evandro.teixeira@ufv.br)

Área Temática: Trabalho Infantil

Grande Área: Microeconomia do Desenvolvimento

Categoria: Pesquisa

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Chefe de Domicílio; Gênero.

### **Introdução**

O “fenômeno” do trabalho infantil configura-se como um dos maiores problemas sociais e conseqüentemente entraves ao processo de desenvolvimento econômico de muitos países, incluindo o Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que em 2015, existiam 2,7 milhões de crianças e adolescentes submetidas ao trabalho infantil no Brasil. A Economia é uma das Ciências que tem analisado a evolução do trabalho infantil, e através de modelos econométricos tem se detectado aspectos importantes que o determinam. Nesse sentido, alguns estudos relacionam a existência de trabalho infantil com o sexo do chefe do domicílio, encontrando resultados importantes. Kassouf (2007) afirma que nos principais estudos em que se considerou o sexo da pessoa de referência como determinante do trabalho infantil, observou-se que domicílios onde a mulher era chefe possuíam maior probabilidade de ocorrência do “fenômeno”. Deste modo, torna-se de extrema importância analisar como o fato do chefe de família ser do sexo feminino pode impactar na ocorrência do trabalho infantil

### **Objetivos**

O presente estudo teve como objetivo central analisar a influência de lares chefiados por mulheres na determinação da probabilidade de ocorrência de trabalho infantil no Brasil no ano de 2016.

### **Material e Métodos**

Para realizar este estudo foram utilizados os dados de domicílios brasileiros para o ano de 2016 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Como modelo econométrico utilizou-se o *Probit Bivariado*, pois este assume a simultaneidade da decisão de dois eventos. A estimação simultânea deste modelo leva a quatro resultados diferentes, excludentes entre si e com as respectivas estimativas de probabilidade: a criança trabalha e não estuda; estuda e não trabalha; trabalha e estuda; ou não estuda nem trabalha e permite verificar como o gênero do chefe de domicílio impacta nessas decisões.

### **Apoio Financeiro**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

### **Resultados e Discussão**

No geral, os resultados indicaram que o fato de o chefe de domicílio ser mulher impacta significativamente nas probabilidades em dois cenários: i) da criança ou adolescente trabalhar e estudar, onde exerce efeito positivo; ii) da criança ou adolescente não trabalhar e estudar, com efeito negativo. Ou seja, em lares chefiados por mulheres existe uma maior probabilidade da criança e/ou adolescente realizarem as duas atividades, ao passo em que a probabilidade de apenas estudar é menor. Percebe-se, assim, que o fato de a pessoa de referência ser mulher exerce efeito positivo sobre as chances de que as crianças exerçam atividades laborais. Segundo Nogueira (2004), quando a mulher é a pessoa de referência do domicílio, isto pode implicar em uma realidade de vulnerabilidade socioeconômica, que conduz as crianças a trabalharem para fins de complementação da renda familiar mensal, auxílio na manutenção dos domicílios e cuidados com a família.

### **Conclusões**

A partir do que fora exposto, percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas que tenham como objetivo a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Mais do que tornar tal prática ilegal e configurá-la como crime, é necessário promover a fiscalização a fim de coibir a prática e erradicá-la, assim como fornecer suporte às famílias para que estas não precisem da contribuição financeira dos menores e possam alocar o tempo disponível das crianças para o estudo e atividades de lazer.

### **Bibliografia**

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova economia, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.  
NOGUEIRA, C. S. R. S. Trabalho infantil e famílias em regiões metropolitanas brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 21, n.1, p. 157-160, 2004.

### **Agradecimentos**

À UFV, por incentivar a produção científica;  
Ao CNPq por fomentar as pesquisas nacionais;  
Aos professores Viviani Lírio e Evandro Teixeira pela orientação.